

REVISTA DO

# MESTRADO EM DIREITO

DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

ESCOLA DE DIREITO



Universidade  
Católica de Brasília



**Programa de Pós-Graduação Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília  
(PPG/DIR-UCB)**

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCB

Capa: RVMD.

Editoração Eletrônica: Luís Roberto Cavalieri Duarte e Gustavo Menon

Revisão Técnica: Cleucio Santos Nunes e Gustavo Menon

Números anteriores disponíveis em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rvmd/index>

**Indexadores**

Portal de Periódicos Capes; DRJI; Latindex; DIADORIM; LivRE; Miar; Copernicus

**QUALIS-CAPES:**

Quadriênio 2021-2024: A3

Quadriênio 2017-2020: A4

Quadriênio 2013-2016: B1

Quadriênio 2010-2012: B3

**Periodicidade semestral**

[vol. 17, n. 01, jan./jul. 2024]

Direitos reservados a RVMD, que autoriza, com prévia permissão do Comitê Editorial, a reprodução das publicações, desde que conste o crédito de referência. Licença <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

**Correspondência:**

Revista do Mestrado em Direito da UCB  
Universidade Católica de Brasília  
QS 07 – Lote 01 – EPCT  
Taguatinga, DF  
CEP: 71966-700.

**Grupos de Pesquisa Envolvidos:**

Igualdade, Diversidade, Democracia e Tributação (IDDT)

Grupo de Estudos de História, Direito, Democracia e Estado na América Latina (GEHDDEAL)

DECLEN – Decolonizing and Comparing Legal Experiences Network (Rede de Descolonização e Comparação de Experiências Jurídicas)



### **Editores**

Prof. Dr. Cleucio Santos Nunes (UCB)

Prof. Dr. Gustavo Menon (PROLAM-USP e UCB)

Prof. Dr. Luís Roberto Cavalieri Duarte (UCB)

### **Conselho editorial**

Profª. Dra. Alessandra Galli Aprá (EMAP - Brasil)

Prof. Dr. Antonio Faúndez-Ugalde (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso - Chile)

Prof. Dr. Daniel Rei Coronato (Universidade Católica de Santos - Brasil)

Profª. Dra. Eloete Camilli Oliveira (PUCPR - Brasil)

Prof. Dr. Francisco Nicolau Domingos (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Portugal)

Prof. Dr. Guilherme Roman Borges (UCB - Brasil)

Prof. Dr. Luís Vasconcelos Abreu (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Portugal)

Prof. Dr. Maurício Dalri Timm do Valle (UCB - Brasil)

Prof. Dr. Pedro Quartin Graça (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa - Portugal)

Prof. Dr. Rosaldo Trevisan (UCB-Brasil)

Prof. Dr. Wagner Iglecias (Universidade de São Paulo - USP)

**ISSN 1980-8860.**



## APRESENTAÇÃO

*Gustavo Menon, Cleucio Santos Nunes e Luís Roberto Cavalieri Duarte (UCB)*

I

### I. TERCEIRO SETOR E A GESTÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE NO BRASIL

*Margaret Nunes (UDF) e Gustavo Menon (UCB e PROLAM-USP)*

### II. A POSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DAS TESES DE REPERCUSSÃO GERAL PELA IDENTIDADE DO TEMA: A NÃO INCIDÊNCIA DO IRPJ E DA CSLL SOBRE OS VALORES ATINENTES À TAXA SELIC INCIDENTES SOBRE DEPÓSITOS JUDICIAIS

*Ricardo Victor Ferreira Bastos (UNICEUB) e Marcos Aurélio Valadão (FGV)*

### III. BROWN V. BOARD OF EDUCATION OF TOPEKA: FIM DIVISÕES RACIAIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS AMERICANAS?

*Rodolfo Viana Pereira e Pedro Paulo Martins da Fonseca (UFMG)*

### IV. O DIREITO GLOBAL PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Leilane Serrattine Grubba e Luciano Pissolatto (Atitus)*

### V. A PERSONALIDADE INTERNACIONAL DAS MICRONAÇÕES VIRTUAIS: UM OLHAR SOBRE OS REQUISITOS DA CONVENÇÃO DE MONTEVIDÉU DE 1933

*Letícia Lopes Borja e Marco Bruno Miranda Clementino (UFRN)*

### VI. O QUE HAVERÁ DEPOIS DO DILÚVIO? REFLEXÕES SOBRE OS CONTORNOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL COMO RESULTADO DE UMA JUSTIÇA TRANSICIONAL

*Érica de Oliveira Hartmann (Defensoria Pública da União)*

### VII. VEDAÇÃO DE TRIBUTOS COM EFEITO DE CONFISCO: (IN)APLICABILIDADE ÀS MULTAS E EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL

*Carlos Henrique Machado (UNICESUSC)*



## APRESENTAÇÃO

É com renovado entusiasmo que apresentamos o número de 2024 (v. 18, n. 1) da Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília (RVMD), publicação do Programa de Pós-Graduação em Direito da UCB, dedicada a fomentar pesquisa crítica em Direito, Justiça, Instituições e Desenvolvimento, em diálogo interdisciplinar com outras áreas das ciências sociais. Esta edição reafirma o caráter nacional e plural da revista, reunindo trabalhos de pesquisadores vinculados a diversas instituições brasileiras, todos comprometidos com a análise rigorosa de temas centrais da agenda jurídica contemporânea.

No artigo “Terceiro setor e a gestão do serviço público de saúde no Brasil”, Margaret Nunes (UDF) e Gustavo Menon (UCB e PROLAM-USP) examinam historicamente a formação do sistema público de saúde, a criação do SUS e o papel das entidades do terceiro setor na gestão dos serviços, discutindo em que medida essas parcerias podem aprimorar ou deteriorar a eficiência sem desvirtuar o dever estatal de assegurar o direito fundamental à saúde nem promover a privatização encoberta do sistema. O texto analisa a legislação de regência, os principais modelos de gestão e os riscos de transferência excessiva de recursos públicos a organizações privadas sem fins lucrativos, problematizando limites e possibilidades dessas formas de cooperação.

Em “A possibilidade de extensão dos efeitos das teses de repercussão geral pela identidade do tema: a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa SELIC incidentes sobre depósitos judiciais”, Ricardo Victor Ferreira Bastos (UNICEUB) e Marcos Aurélio Valadão (FGV) discutem o alcance do Tema 962 da repercussão geral do STF, que afastou a tributação de IRPJ e CSLL sobre a SELIC em ações de repetição de indébito. Os autores defendem que, preservado o núcleo da *ratio decidendi* – a natureza indenizatória da SELIC como recomposição patrimonial –, a tese pode ser estendida a situações análogas, como depósitos judiciais, desde que haja identidade relevante de causa de pedir e de estrutura do precedente.

O artigo “Brown v. Board of Education of Topeka: fim divisões raciais nas escolas públicas americanas?”, de Rodolfo Viana Pereira e Pedro Paulo Martins da Fonseca (UFMG), revisita o célebre precedente da Suprema Corte dos Estados Unidos que superou a doutrina dos “separados, mas iguais” firmada em *Plessy v. Ferguson*. A partir de análise histórico-constitucional e de teoria da interpretação, o texto examina os fundamentos da decisão, as resistências à sua implementação e o seu legado ambíguo, mostrando como Brown impulsionou a luta pelos direitos civis, mas não foi suficiente, por si só, para eliminar a segregação de fato no sistema educacional norte-americano.

Em “O direito global para a inclusão da pessoa com deficiência”, Leilane Serratine Grubba e Luciano Pissolatto (Atitus) investigam como o direito global e transnacional dos direitos humanos influenciou a construção de um novo paradigma de proteção às pessoas com deficiência. O artigo acompanha o percurso que vai da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência à Lei Brasileira de Inclusão, destacando a centralidade do modelo social e biopsicossocial de deficiência, bem como os desafios de efetivação interna de direitos formalmente reconhecidos no plano internacional.

No texto “A personalidade internacional das micronações virtuais: um olhar sobre os requisitos da Convenção de Montevideu de 1933”, Letícia Lopes Borja e Marco Bruno Miranda Clementino (UFRN) analisam se entidades inteiramente estruturadas no ciberespaço – as chamadas micronações virtuais – podem ser consideradas sujeitos de Direito Internacional. Com base nos critérios da Convenção de Montevideu e nas teorias sobre reconhecimento estatal, as autoras concluem que tais experiências não se ajustam ao modelo clássico de Estado, mas evidenciam tensões crescentes entre soberania, territorialidade e transformações tecnológicas.

O artigo “O que haverá depois do dilúvio? Reflexões sobre os contornos do devido processo legal como resultado de uma justiça transicional”, de Érica de Oliveira Hartmann (Defensoria Pública da União), discute como experiências de justiça transicional impactam a conformação material do devido processo legal em contextos de graves violações de direitos humanos. Partindo de referenciais teóricos e casos paradigmáticos, a autora explora em que medida mecanismos de responsabilização, memória e reparação podem redefinir parâmetros de legitimidade procedimental em sociedades marcadas por violência estatal e autoritarismo.

Em “Vedação de tributos com efeito de confisco: (in)aplicabilidade às multas e evolução da jurisprudência constitucional”, Carlos Henrique Machado (Centro Universitário CESUSC/UNICESUSC) revisita a construção do princípio da vedação ao confisco na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e discute sua incidência sobre multas tributárias. O texto reconstitui a trajetória das decisões da Corte, analisa critérios materiais de aferição de efeito confiscatório e avalia se a evolução recente indica maior proteção do contribuinte frente a sanções fiscais desproporcionais.

Como periódico vinculado ao Mestrado em Direito da UCB, a RVMD reafirma seu compromisso com a difusão de pesquisas de alta qualidade acadêmica, o diálogo entre instituições e a abordagem crítica de temas que articulam direito, desenvolvimento e direitos humanos, em perspectiva nacional e internacional. Agradecemos a autores, pareceristas, equipe editorial e à comunidade acadêmica que torna possível mais esta edição, e convidamos à leitura atenta dos artigos que a compõem, certos de que contribuirão para qualificar o debate jurídico contemporâneo.

Brasília-DF, 2024.

Os Editores